



III SRCCC
Seminário Regional
Comércio, Consumo e Cultura
nas cidades
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL, RURALIDADES E O MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA EM ALAGOA NOVA - PB

Severino Justino Sobrinho¹
Ramonildes Alves Gomes²

RESUMO

Este artigo busca ressaltar os diversos rurais e ruralidades no Brasil e uma análise da Agricultura Familiar Agroecológica de Alagoa Nova-PB, que em meio a uma agricultura de larga escala, os agricultores resistem aos processos hegemônicos da agricultura mundial. A Revolução Verde surge para um aumento produtivo e trazendo consigo malefícios e dependência de agricultores a indústria da agricultura. As revisões teóricas e metodológicas, assim como pesquisa exploratória em campo contribuíram para a construção do texto. Contudo os mercados agroecológicos surgem para um maior dinamismo econômico no campo. As feiras agroecológicas locais e os mercados alimentícios da Paraíba de outros estados contribuem para a dinâmica comercial da Agroecologia no município. Contudo, a pequena produção agroecológica não possui poder financeiro para atingir outros mercados, acarretando a intermediação de terceiros na produção, apesar do apoio da Ecoborborema, Polo Sindical da Borborema e AS-PTA para o desenvolvimento das práticas agrícolas e comerciais.

Palavras Chave: Agricultura Familiar Agroecológica, Rural, Ruralidades, mercados.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre as formas de agricultura no campo brasileiro e os diversos rurais e as ruralidades presentes nas regiões brasileiras, e em especial o Nordeste, assim como a produção agroecológica do município de Alagoa Nova-PB e o mercado consumidor desses produtos, sejam nas feiras agroecológicas da região ou mercados varejistas. A Agricultura Familiar e as diversas entidades sociais e as políticas públicas institucionais podem contribuir para um maior desenvolvimento no rural.

O Brasil apesar de populoso, não é densamente povoado. Tem-se um litoral demograficamente habitado e um interior menos habitado. Ainda persiste um Brasil essencialmente rural, com agricultores que mantem a tradição que persiste em meio aos processos modernizantes, de um rural que resiste a uma agricultura homogênea que não respeita os hábitos e costumes dos moradores do campo, e muito menos a sua produção secular de sementes produtivas.

O Estado brasileiro a partir da década de 1960, com a introdução de produtos químicos na agricultura, apoia várias empresas para massificar na agricultura de pequeno porte e de larga escala a introdução de produtos químicos para uma maior produção agrícola. Órgãos institucionais de apoio à

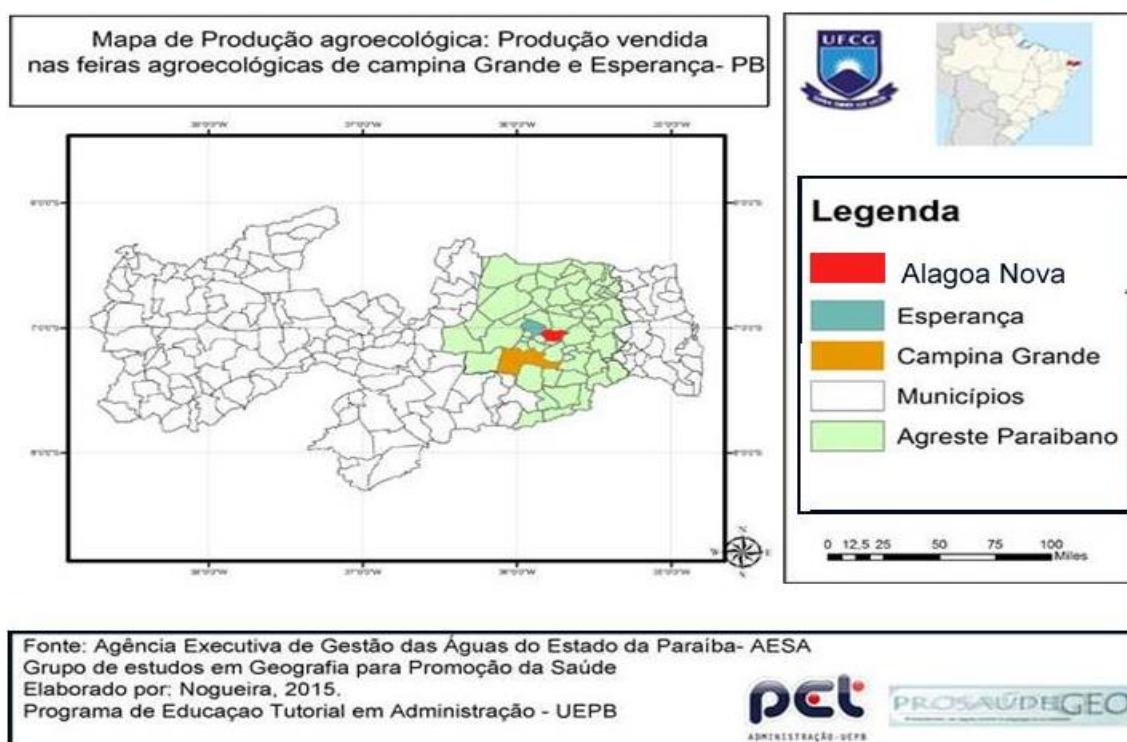
¹ Geógrafo e Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Email: severinojustinogeografo@gmail.com

² Professora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Email: rnildes@hotmail.com

agricultura introduziram no pensamento do agricultor familiar a adoção desses pacotes tecnológicos. Este fato empobreceu e danificou o meio ambiente, e não trouxe a produção tão desejada, e ainda, aumentou o latifúndio no país.

Neste sentido, lutas e resistências no campo brasileiro aconteceram, sobretudo, nos últimos trinta anos, com várias mortes de trabalhadores que reivindicaram seus direitos. O Nordeste foi também palco desses conflitos. Desta forma, o governo do Brasil atuou para minimizar esses conflitos no campo. E ainda, programas de apoio à agricultura familiar, aumentando os níveis de desenvolvimento no rural brasileiro, apesar de boa parte dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico, no Nordeste, não dispor de produção para o consumo familiar e para o mercado informal e institucional.

Nesta perspectiva o mercado a que o artigo se propõe é o da produção agroecológica em Alagoa Nova-PB para outros locais, como as feiras agroecológicas locais e os mercados alimentícios da Paraíba e outros Estados. Ainda assim a pequena produção agroecológica não possui poder financeiro para atingir outros consumidores, a não ser o local, o que pode acarretar a intermediação de terceiros na produção.



A atuação dos movimentos sociais que dão suporte e fortalece a agricultura familiar agroecológica em Alagoa Nova-PB, como as associações locais, a Ecoborborema, o Polo Sindical da Borborema atuam para a dinâmica produtiva e comercial fortalecendo o mercado nas feiras agroecológicas regional, embora tenham atravessadores que interceptam boa parte da produção.

RURAL E RURALIDADES NO CAMPO BRASILEIRO

A Agricultura Familiar no Brasil possui várias denominações e concepções, este termo é usado pelo Estado para designar políticas públicas de geração de renda para o homem que produz, se identifica e vive no campo com várias ressignificações. A concepção de rural e modos de viver persiste em meios aos processos hegemônicos da agricultura extensiva empresarial.

Em meio a toda conjuntura política que atualmente paira sobre o Brasil com o fim do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), responsável pelas políticas públicas para o fortalecimento da renda da agricultura familiar, freou essas políticas. A manutenção do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) privilegiou a agricultura patronal e de exportação com a elite agrária sendo mantida e com aumento de sua renda. O Brasil, nesta conjuntura política, acabou com o ministério dos agricultores de menor porte e manteve o ministério dos fazendeiros e latifundiários. Este fato não fortalece a Agricultura Familiar, assim como o Estado não fortalece os equipamentos rurais. Temos uma tendência de política de dominação sobre a Agricultura Familiar.

Assim, de acordo com Wanderley (2011), o “rural” não é uma essência a-histórica, que deva ser reconhecida indistintamente, em todos os lugares e todos os tempos. Persiste no tempo em meio aos processos hegemônicos e globalizantes, que a cada dia são subordinados a uma elite, latifundiária, dominante.

Por ter dimensões continentais o Brasil tem suas áreas mais povoadas no litoral e no interior ainda pouco habitado demograficamente, com predominâncias de um rural, bucólico rústico, com etnografias ainda a ser exploradas e admiradas de nosso povo. De acordo com Ruiz (2016), as multiformidades do rural estão atreladas à modernização da agricultura e a resistência do que é corrosivo, com as permanências de traços culturas e transformações que a modernidade traz para todos os lugares. Desta forma, o rural é:

Um lugar de confluência de diferentes atores que se relacionam confrontando diversos discursos sobre a ruralidade, disputando as instancias locais de decisão e o uso do espaço rural. Esses atores [...] são caracterizados a partir de sua afinidade com o espaço rural, sendo eles: agricultores e trabalhadores rurais (que povoam o rural e fazem dele um lugar de vida e de trabalho); O Estado (com influencia a partir de suas políticas sociais- dentre as quais se destacam as da agricultura de seus representantes , agentes de instituições de serviços diversos); agentes de movimentos e organizações sociais, igrejas associações comunitárias(representando grupos de forças sociais locais); além das empresas, agroindústrias e cooperativas (que atuam na dinâmica econômica do espaço). (RUIZ, 2016.p. 45)

A resistência dos agricultores é para Wanderley (2011), destacado por diversos autores, sobretudo, das resistências que surgiram no litoral nordestino, como Josué de Castro e suas reflexões sobre “Homens e Caranguejos”, além de Joaquim Nabuco defensor da escravidão e de Eduardo Galeano em que o progresso está nas mãos de poucos proprietários, e o alimento das minorias vai se converter na fome de uma imensa maioria de agricultores. Com lutas sangrentas entre a maioria que alimentava a minoria surgia várias

conquistas no rural, sobretudo no Nordeste. *Nos dias atuais, esta é uma das áreas de maior concentração de assentamentos rurais de reforma agrária do país, como para confirmar que as lutas anteriores não foram vãs e se prolongam, apontando para o futuro de uma outra forma de viver e de trabalhar no campo (WANDERLEY, 2011, p. 18).* Apesar da região Nordeste ser pensada como a região problema para a imensa maioria da sociedade brasileira, herança deixada e que persiste, sobretudo, pela grande mídia brasileira.

A autora discorre ressaltando que este fato só se sobrepõe e estigmatiza em partes o Nordeste devido às formas que o capitalismo foi implantado, com a dominação capitalista de trabalho humano. Este fato não impediu que grandes pessoas de destaque nacional surgissem da região Nordeste com repercussão nacional. Seja na música, no teatro, na dança, na resistência negra, camponesa, nos romances, na poesia, na composição, na economia, na caridade, no desenvolvimento humano dentre outros que serviram de espelho para novos horizontes da sociedade brasileira.

Na América Latina, Wanderley ressalta que o processo civilizatório foi destruidor em seus aspectos socioculturais e demográficos. O legado do rural foi a destruição imposta por “um processo civilizador, representado por slogans de desenvolvimento, modernização e progresso, que gerou grandes deslocamentos populacionais para os centros industriais” (WANDERLEY, 2011, p. 20). E ainda que os meios de produção que foram construídos foram à custa de meios naturais para um pequeno grupo social, a elite detentora do poder, os latifundiários.

Em nome do progresso e do desenvolvimento foram racionalizadas varias terras com o discurso modernizante da ideologia de dominação social, desta forma, a autora destaca que a grande propriedade é a forma da agricultura capitalista, amplamente legalizada, atrasada, mais ainda assim, capitalista onde pequenos agricultores são destinados a setores da dominação. Este sistema de dominação de poder reconstitui a grande propriedade e a concentração de terras e riquezas. Desta forma:

A modernização da agricultura permanece economicamente pouco produtiva, pois ainda se apoia, em grande parte, em uma lógica extensiva de uso da terra; continua socialmente injusta, visto que é um dos setores, onde prevalecem formas de trabalho degradante; é ambientalmente predatório, já que, para se expandir destrói e polui a natureza. [...] proprietários fundiários que são dirigentes de um processo produtivo; empresários capitalistas que são rentistas do solo; assalariados do solo; agricultores sem terra; e o paradoxo de um modelo de desenvolvimento que desperdiça os recursos naturais e humanos que deveria promover. (WANDERLEY, 2011. P. 24)

A exploração degradante e até semiescrava constitui ainda uma das mazelas sociais do meio rural brasileiro, justificada pelo desenvolvimento e o progresso técnico da industrialização da agricultura, assumindo uma racionalidade de mercadoria em que a agricultura vai se subordinando a indústria.

Temos cada vez mais o monopólio das sementes nas mãos de grupos industriais que tendem a homogeneizar a agricultura através da transgenia, e o mercado regulariza as decisões e tabela os preços para os consumidores.

A autora Nazaré Wanderley traz a discursão da categoria camponês, que não vai ser mérito deste artigo, em que ela destaca que o camponês trabalha para a reconstrução do trabalho familiar e reprodução do seu patrimônio, sendo proprietário dos seus meios de produção e trabalho. Desta forma ele não pode está atrelado à pobreza, muito menos de subsistência.

O camponês tem ambições. Seu projeto de vida e de trabalho almeja a fartura, reivindica o reconhecimento à sua dignidade pessoal e ao seu modo de vida, supõe uma sociabilidade local intensa e complexa e constrói vínculos múltiplos e permanentes com a sociedade, nos campos do trabalho, das trocas mercantis, da sociabilidade e da cidadania. (WANDERLEY, 2011. p. 28)

Desta forma Wanderley (2011, p.32) mostra que temos um projeto de desenvolvimento no rural, apesar da lógica capitalista está ligada ao processo industrial, embora seja atingido pelo progresso e pela técnica da sociedade contemporânea, mas, os agricultores familiares resistem em suas práticas, “até porque a adesão às leis de mercado, ao contrário de relaxar, agoniza a necessidade de vigilância diante das constantes e diversas ameaças de resistência”. No meio rural, a sociabilidade se relaciona com o patrimônio familiar, com os laços de amizade entres os vizinhos, de pertencimento as comunidades étnicas, gerando assim uma multiplicidade de identidades.

Embora a grande propriedade, é responsável pela expulsão gradativa dos agricultores familiares de suas propriedades. E assim tem-se uma propriedade monótona de cultura única em meio a apropriação da terra e a sua função social de reproduzir. Mas na atualidade temos ou tinha uma associação do Estado para atribuir políticas públicas para o desenvolvimento rural. Para Schneider (2010) a temática desenvolvendo rural anima o debate brasileiro:

A ideia, fundamentalmente, consiste em descrever e caracterizar o contexto histórico em que o debate corrente sobre o desenvolvimento rural emergiu no Brasil, indicando-se alguns elementos das mudanças políticas, sociais e econômicas que estão em sua raiz. Além disso, buscar-se-á situar as principais perspectivas analíticas que vem orientando os estudiosos e pesquisadores na interpretação dos processos de mudanças social que estão ocorrendo no espaço rural. (SCHNEIDER, 2010, p.511-512)

No contexto do desenvolvimento rural, as ações de Governo são historicamente pautadas a partir das décadas de 1960 á 1970 com a ação do Estado no discurso e prática da modernização do campo/rural de forma hierarquizada e implantada para os agricultores de forma institucionalizada através de órgãos governamentais para a agricultura. Assim de acordo com Schneider (2010) as intervenções nas regiões rurais mais pobres não se integraram às ações do processo modernizador. Assim;

Essa foi a tônica da intervenção do meio rural no Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido como vigência da ideologia da “revolução verde”, que preconizava ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, que eram vistas como a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços. No Brasil, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” (PDRI) eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes de ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate a seca no Nordeste. (SCHNEIDER, 2010, p.512)

Tem-se, portanto, uma ideologia expressada pela elite agrária brasileira para o uso de produtos industrializados para a “fertilização” do campo para torná-lo mais produtivo. Nisto, é perceptível a dominação de um pensamento em que era necessário usar todas as formas apontadas para a maior produção no campo e incentivo à industrialização de produtos agrícolas. Há ainda uma massificação errônea de combate à seca no Nordeste, ora, não se pode combater um fenômeno natural. O Estado tem que utilizar meios de vivência do homem, sobretudo no semiárido nordestino para a permanência dele no seu local de origem.

O Estado com o propósito colonizador na Amazônia intensificou levas de pessoas para habitarem a região com o intuito de povoamento e com isso intensificar o desenvolvimento econômico nessa região. Além disso, as frentes de emergência foram apenas um paliativo, em que as pessoas ficaram dependentes dessas verbas/transferências federais, que estagnou ou deixou as pessoas mais pobres economicamente. Este fato não amenizou a situação a economia do Nordeste ainda ficou no mesmo patamar e a preocupação direcionaram-se para as questões ambientais, a partir de 92 com a Eco-92 com a conferência da ONU para o meio ambiente.

As empresas foram se adaptando a onda de sustentabilidade colocada para as empresas, mas mantendo ou aumentando os níveis de desenvolvimento econômico, mexendo com a estrutura agrária brasileira. Desta forma, dar-se a dualidade na tentativa estatal de crescimento e desenvolvimento econômico e a resistência dos grandes proprietários de terras em meio ao novo rural destacado por estudiosos do rural brasileiro como a rurbarização. “O semblante deste novo rural seriam as famílias pluriativas, que são aquelas que combinam atividades agrícolas e não agrícolas e promovem a integração inter-setorial (agricultura com comércio e serviço) e interespacial (rural com urbano)”. (SCHNEIDER, 2010.p. 521). Desta forma aumenta a renda e constitui atividades que “tradicionalmente estariam atreladas a cidade”, com a essência de ser do rural.

Esta essência não pode ser rememorada ao atraso, ao matuto, mas do rural como modo de vida, do acordar cedo para as tarefas matinais como o tirar leite, dar a palavra como garantia, do pegar o ovo da galinha, do respeito aos mais antigos com a benção, do cafezinho, enfim dos fazeres dentro e nos arredores de casa, constituindo os diversos tipos de produção da agricultura familiar que de acordo com Camargo (2010) é o que caracteriza a agricultura familiar, sua importância e formas de resistência nas sociedades capitalistas e os pontos de ruptura e de continuidade em meio aos processos de lutas e classes sociais no campo, construídas historicamente. Os laços construídos pela agricultura familiar no rural é mais do que laços sanguíneos, muitas vezes há consideração por indivíduos que compartilham a mesma habitação, a mesma mesa e com ajuda mútua compartilhadas entre as famílias.

A categoria agricultura familiar ressaltada pela autora abarca além de pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias e outros. Parece-nos, no entanto, que a agricultura familiar não é uma categoria síntese apenas por poder manifestar-se nas várias

formas mencionadas, mas porque, dentre o conjunto de estratégias que o agricultor familiar manipula para garantir sua reprodução podem ser encontradas a renda da terra, o assalariamento, a prestação de serviços.

Para isso Camargo (2010) enfatiza que se essa categoria quiser atingir um maior lucro com maior produtividade e redução de gastos, deve haver incentivo do Estado, sobretudo para países em desenvolvimento no pós Segunda Guerra, com base em insumos modernos através da Revolução Verde. Esta modernização é excludente, pois, ela só consegue atingir parte dos produtores e boa parte fica marginalizada e fora do processo e do mercado.

As empresas capitalistas de produção agropecuária buscam a constante eliminação dos obstáculos naturais através do avanço tecnológico; a agricultura de precisão, as biotecnologias e o acesso ao monitoramento meteorológico são exemplos desses avanços. Por outro lado, o capitalismo se apropria da produção agrícola a montante, via insumos industriais e a jusante através das indústrias de transformação e distribuição de alimentos, cabendo ao produtor a parte de maior risco inerente aos ciclos biológicos da produção animal e vegetal. (CAMARGO, 2010, p. 29.)

Os avanços tecnológicos para a autora buscam a uniformização e padronização da produção agrícola, mesmo assim não vai eliminar as particularidades do trabalho agrícola e o pertencimento a uma sociedade de interconhecimento, nos vários rurais existentes. O Estado deve, no entanto investir em políticas públicas de desenvolvimento rural para fortalecer a segurança de alimentos.

Nos últimos acontecimentos políticos no Brasil e o que está vivendo, está sendo colocando em cheque as conquistas obtidas no país durante as três décadas passadas. A agricultura familiar passou a ser reconhecida. O desafio segundo Grisa e Schneider (2015) é reduzir a pobreza da população rural e melhorar a distribuição de renda melhorando o bem estar da população com resiliência dos ecossistemas naturais, em meio à expansão da fronteira agrícola com aquisição de insumos e ao desenvolvimento de infraestrutura e os interesses da agricultura patronal.

Grisa e Schneider (2015) destacam que as pressões sociais do campo brasileiro nos últimos trinta anos, sobretudo com vários assassinatos de agricultores, posseiros, camponeses, dentre outras denominações da agricultura familiar no país e do Nordeste especialmente e de fatos que tiveram repercussão nacional como a morte de Margarida Maria Alves e João Pedro Teixeira na Paraíba, e do massacre do Eldorado dos Carajás repercutiram no país e no mundo fez com que o Estado brasileiro incremento de política de assentamentos da Reforma Agrária para condições da reprodução social com base na terra e na produção agrícola.

Assim, programas de transferência de renda apoiaram a agricultura familiar havendo uma aproximação com as políticas sociais para a redução da pobreza e da desigualdade no meio rural especialmente no semiárido do Nordeste, muitas vezes como na maioria dos casos várias políticas foram implantadas sem planejamento de forma hierárquica sem consulta aos moradores locais e as carências, hídricas, humanas e sociais de determinado lugar.

As políticas sociais e assistenciais acabaram tendo repercussões sobre o desenvolvimento rural sob um viés que não é da inclusão produtiva ou pela ativação do mercado de trabalho. Nas últimas décadas, as áreas rurais mais empobrecidas do Brasil conheceram melhorias inegáveis em seus indicadores convencionais de desenvolvimento (incremento de renda, por exemplo) que, talvez, não teriam alcançadas apenas por meio de ações agrícolas e agrárias. (GRISA & SCHNEIDER, 2015.p. 36).

Temos, portanto, o estado como articulador dessas ações políticas em que o desenvolvimento se dá com ações econômicas e políticas, mas sem tensões sociais, com aliança entre Estado e sociedade, em uma economia neoliberal. Nesta perspectiva, os estabelecimentos de menor porte econômico familiar na região semiárida em sua maioria se não forem atendidos por políticas públicas sociais não conseguem sobreviver com a renda agrícola da terra. Neste sentido, Silva & Costa, 2014 ressalta que o Nordeste é tido como uma chaga nacional, impregnada pela miséria partilhada por todos os nordestinos como uma tatuagem em meio a um Brasil com maior desenvolvimento econômico.

Nesta concepção, tem-se uma reprodução de uma imagem determinante da região Nordeste em que a população deve estar impregnada as condições naturais que o clima semiárido oferece e viver nos limites da sobrevivência em que a pobreza seria uma regra sem nenhuma transformação social. “Dos cerca de 1,7 milhão de estabelecimentos no Semiárido, mas de 1 milhão são minifúndios com menos de 5 hectares. Além do que, no geral, esses minifúndios estão concentrados nas piores terras da região” (SILVA, 2014.p.906). A reforma agrária assentou várias famílias em locais em terras em que a produção não dava para a manutenção da família com a agricultura produzida, pois, várias famílias foram assentadas em terras inférteis e sem a família dispor de tecnologias hídricas para a produção e sua manutenção.

Assim, em respeito a toda uma luta pela sobrevivência engendrada pelos pequenos agricultores do Semiárido nordestino é que se resolveu enfileirar com aqueles que contestam a grande novidade do Censo Agropecuário de 2006. Na ânsia de dar destaque à agricultura familiar, o Censo mais escondeu do que mostrou a respeito da realidade do campo, ocultando cada vez mais a diversidade dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico no plano regional. (SILVA, 2014, p. 900)

Silva (2014) destaca essa maquiagem descaradamente oficializada pelo Estado brasileiro em que os estabelecimentos rurais de até cinco hectares no semiárido não comportavam a estatística do senso, pois, a maioria desses não dispunha de boa produtividade muito menos de políticas públicas sociais de apoio à agricultura familiar, ou seja, muitos de fato eram atendidos por políticas de desenvolvimento rural, mas a imensa maioria dos agricultores não conseguia financiamento para investir em suas propriedades. “Dadas as condições sociais e edafoclimáticas da região semiárida do Nordeste, uma considerável parte dos pequenos estabelecimentos rurais ali situados é inviável à atividade agrícola”. (SILVA, 2014, p. 901).

Ademais, em outras realidades, permanecem estruturas arcaicas revelando regionalizações que diferem das supracitadas. Ao passo que a modernização restringe-se aos grandes latifúndios (ARAÚJO, 1995), subsistem com grandes dificuldades de sobrevivência os pequenos agricultores. Araújo (1995) destaca as zonas cacauceiras, canavieiras e o sertão semiárido como áreas historicamente resistentes à

modernização, permanecendo sob velhas estruturas socioeconômicas e políticas resultantes principalmente da concentração fundiária. A resultante é a persistência da pobreza nessas localidades rurais, a qual, atualmente, com os programas assistenciais sociais, bem como o crédito direto ao pequeno produtor tem sido atenuada.

A Região em questão também se exprime em diversidade cultural e de recursos ambientais. Costumes, sotaques, valores, vestimentas, alimentação, atividade econômica e seus históricos são os mais diversos nesta parte do território brasileiro, são peculiaridades refletidas e combinadas em vários grupos sociais, compreendendo a construção de variadas regionalidades.

Midiaticamente, a região Nordeste é vista como uma região problema em que o semiárido é apontado como sinônimo de atraso e pouco desenvolvimento socioeconômico. A maioria das reportagens mostra o drama da seca e ou estiagem prolongada que afeta quase toda a região. Mesmo com a irregularidade pluvial, a região possui umas das maiores biodiversidades do mundo. A ocorrência de menor precipitação não pode ser motivo de calamidades, como muitas vezes é midiaticizado. As ações gestoras de políticas sociais devem ocorrer para que as populações possam ter acesso igualitário à água. O semiárido é uma das regiões mais secas do mundo, mas que concentra alta densidade populacional.

As secas são vistas pela população, como o principal obstáculo ao crescimento e à melhoria do bem estar dos habitantes desta região, provocando grandes desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, atingindo, principalmente, os habitantes dispersos da zona rural. [...] No Semiárido, na ótica dos recursos hídricos, a vulnerabilidade da região tem sido, desde muito, atribuída às secas. Embora não deva ser assumida como causa única e exclusiva da pobreza regional, essa anormalidade climática certamente muito contribui para a fragilidade econômica regional (FARIAS, 2010, p. 01).

O semiárido é caracterizado por deficiência hídrica e secas periódicas. Dada à instabilidade climática, a região possui características decorrentes desta como a existência de solos rasos e alcalinos e, alta insolação. Conhecer e ter um novo olhar para a região é importante para compreender as condições de vida dos moradores locais. Não se deve erroneamente olhar para a região Nordeste como se as causas naturais determinassem o estilo de vida dos habitantes locais, principalmente dos moradores do semiárido.

Desta forma, temos nos entornos das áreas do São Francisco, grandes investimentos do setor agropecuário alimentados pelas águas do referido rio. Várias empresas instaladas produzem para o abastecimento interno e também para exportação. Outro fato é a produção de vinho de boa qualidade produzido em plena área semiárida nordestina. Além disso, a própria agricultura familiar respira aliviada com as águas do “Velho Chico”, este que é o rio da integração nacional que vai dar suporte para aliviar a tensão hídrica de boa parte da população semiárida.

Mesmo assim há uma imensa maioria da população semiárida que necessita de investimentos públicos, sobretudo em recursos hídricos para se manter produzindo no campo e para o consumo residencial.

Desta forma há a necessidade de analisar se as políticas públicas atendem as demandas locais ou precisam de mais investimentos para suprir a carência, sobretudo hídrica.

Ainda com baixas precipitações é possível garantir a sobrevivência digna das populações residentes no semiárido, bastaria aumentar a capacidade de armazenamento de água dos reservatórios como as cisternas de placas. Muitas delas não suportam os grandes períodos de estiagem ou não suportam a quantidade de residentes na casa durante o período. Além disso, as cisternas calçadões (50 mil litros de água) não garantem a produção agrícola familiar por um longo período e a própria manutenção familiar. O discurso e a política econômica que existe no Nordeste para Silva (2014) é “o discurso que sustenta as velhas e novas oligarquias locais, sem agregar nada de novo à discussão da problemática do Semiárido”. Permanecendo os interesses lucrativos ao sistema capitalista dessas famílias.

Ainda assim, há grupos de estabelecimentos rurais que produzem para o autoconsumo e para os mercados informais e institucionais.

São típicos desse grupo as experiências com agricultura orgânica, ou agroecológica como preferem ser identificadas, que às vezes passam a ser a principal atividade produtiva do lote, seja pela assistência técnica específica que recebem, seja pela facilidade de acesso a recursos para financiamento da experiência. Isso justifica o tratamento aqui como experiência isolada, por ser, em geral, realizada numa pequena área de cada lote. (SILVA, 2014 p. 921)

Esses mercados alternativos expressam a vitória de anos dos movimentos sociais em busca de um desenvolvimento local para as famílias de assentamentos ou comunidades que se auto afirmam e são referências para as demais com respeito a meio ambiente, com seus produtos situados no entorno das cidades pequenas e médias.

MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA DE ALAGOA NOVA-PB

O município de Alagoa Nova-PB é um dos pioneiros na produção e no comércio de produtos agroecológicos na Paraíba. Várias instituições de ensino vêm ao município em busca de novos conhecimentos com os agricultores que adotaram essas práticas há mais de doze anos inclusive com a criação da feira agroecológica local e outras feiras tais como as de Campina Grande-PB e Esperança-PB. Essas conquistas surgem com o apoio da Ecoborborema, uma associação de produtores agroecológicos do compartimento da Borborema na Paraíba e da ASP-TA, prestando assistência técnica, além do Polo Sindical da Borborema, composto por quatorze sindicatos que tem em uma de suas linhas de atuação a produção agroecológica.

No entanto, as feiras agroecológicas não suprem toda a produção agroecológica, o que vem favorecendo a prática de intermediação da produção para mercados maiores como as redes atacadistas de alimentos. Empresas de produção agropecuária como a Hortaliças Sempre Verde, que surgiu no início da

década de 2000, atuam subsidiando a produção agroecológica de agricultores locais para suprir a demanda de orgânicos de grandes redes atacadistas.

Esta empresa destina sua produção para os supermercados locais e restaurantes da Paraíba, assim como em redes de supermercados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. A Empresa produz de forma convencional e a parte orgânica é comprada da produção de agricultores familiares agroecológicos locais. Mantendo uma dinâmica regional de hortifrutigranjeiros.

A produção em larga escala agrícola tomou impulso a partir de 1960, com a Revolução Verde, impulsionando a utilização de produtos químicos na agricultura, objetivando acelerar a produtividade. Nesse contexto, a abordagem agroecológica surge como importante perspectiva analítica para o entendimento das práticas agrícolas atuais, correlacionada a temas como segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação e soberania alimentar, presentes na pauta das discussões realizadas no âmbito das práticas sustentáveis. Esta prática agrícola representa uma alternativa para o agricultor familiar trabalhar em um projeto coletivo, como em um assentamento rural ou unidade familiar. Assim, é possível ampliar o sentido restrito dado a agroecologia como apenas uma maneira de produzir alimentos limpos, pois esta passa a incorporar dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais (GUZMÁN, 2002). E com isso atingir mercados consumidores.

Os mercados, no bom plural, são um fenômeno sociológico que se caracteriza como um processo de interação social que mobiliza atores e agentes que possuem interesses em trocar e intercambiar bens, produtos e mercadorias. Os mercados existem na medida em que essas interações sociais ocorrem. Portanto, os mercados podem e efetivamente são construídos por indivíduos e grupos sociais, tais como os agricultores familiares. (MARQUES, et al 2016.p. 11)

No entanto, as ações provenientes do mercado varejista atuam na produção agrícola agroecológica, através da empresa Hortaliças Sempre Verde, enfraquecendo a coletividade conquistada pela agricultura familiar agroecológica. Desta forma, a necessidade de mapear os agricultores da produção familiar agroecológica é fundamental para entender essas práticas.

O papel da Agroecologia de acordo com Leff (2002) é reafirmar a prática agrícola local dando ênfase a sustentabilidade da Agricultura Familiar nos aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos, aumentando a renda local com ênfase na redução da pobreza rural através da Agroecologia, configurando o desenvolvimento destes agricultores a partir dessas práticas. Desta forma, compreendendo o território como relações de poder (Castro, 2010), entendendo essas relações no espaço rural entre a empresa e os agricultores familiares continuamente, percebe-se, a reestruturação das atividades agrícolas da empresa e suas espacialidades nos centros urbanos, assim como também as territorialidades conquistadas com as feiras agroecológicas pela Agricultura Familiar.

Neste sentido, o território é compreendido como as relações de poder estabelecidas no espaço concreto por um grupo social, (Castro, 2010). Essas relações são feitas tanto pela Hortaliças Sempre Verde

quanto pelos agricultores familiares agroecológicos. Já as territorialidades se estabelecem pelo exercício de poder dos agricultores familiares e suas organizações sociais no espaço concreto, a região agreste da Paraíba, com a comercialização de seus produtos semanalmente em diversas cidades. Desta forma, as organizações sociais dos agricultores familiares agroecológicos, as associações regionais e locais, a Ecoborborema, o Polo Sindical da Borborema e a Organização não Governamental ASPTA atuam no dinamismo econômico da agricultura familiar agroecológica nesses espaços.

A agricultura brasileira produz para abastecer o mercado interno, mas, sobretudo para atender a demanda externa de alimentos. O Brasil é um dos maiores produtores de gêneros alimentícios atendendo majoritariamente a exportação. Já a produção agrícola familiar produz para o consumo familiar e parte para o mercado interno e em regiões espalhadas de maior fertilidade pelo país. Com a modernização da agricultura Camargo (2010), afirma que esse processo só conseguiu atingir uma parcela dos produtores, sacrificando e marginalizando os que ficaram de fora desse processo. O Estado assegurou o acesso à mecanização e aos insumos modernos, mas, a maioria dos agricultores familiares ficaram à margem desse processo produtivo.

A modernização agrícola adotada no Brasil, sobretudo a partir do uso de adubos químicos para uma maior produtividade com a Revolução Verde nos primórdios de 1960, sustentam o modelo de desenvolvimento agrícola ambientalmente predatório e socialmente excludente cujas raízes remontam aos nossos primórdios coloniais (Petersen, 2013). Esse modelo reafirmou o agronegócio presente no setor industrial, agrário e financeiro, não eliminando as marcas nefastas do passado que mantem o amparo a grande propriedade.

A modernização atenderá somente a agricultores com interesses e características muito particulares e que podem responder à concepção do trabalho agrícola por ela estipulada. Sendo assim, as trajetórias modernizantes retiram dos agricultores o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que expropria o saber-fazer das comunidades rurais e transferindo esse poder para os agentes exógenos dos mercados. A dependência tecnológica converte-se assim em dependência cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local. (PETERSEN, 2013.p. 80)

Apesar dos aspectos exógenos que retira o conhecimento do agricultor local e o coloca dependente das práticas tecnologias modernizantes, há outro marco importante para a categoria em que de acordo com Schneider (2010), a agricultura familiar no Brasil a partir dos anos 1990, sofre influência de políticas governamentais para um dinamismo de mercado, sobretudo, de um maior desenvolvimento local. Essa categoria ganhou força na década citada através de pressões populares e possuíam várias nomenclaturas em anos anteriores;

Por certo, tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente pode- rosas, como a de agronegócio, por exemplo. (Schneider, 2010. p. 215)

Essa categoria política se organizou através de entidades civis como os sindicatos ligados aos trabalhadores rurais que lutaram pela questão fundiária, crédito, segurança alimentar, legitimação das populações tradicionais, etc., diante da inércia que vinha o Brasil. Mesmo assim, crescia paralelamente incentivos estatais a agricultura patronal.

Nesta perspectiva, Oliveira (2007) ressalta que o modo capitalista de produção implantar-se-ia de forma plena na agricultura, tal qual se implantou na indústria. Contudo, as relações não capitalistas de produção permanecem dialeticamente ligadas ao avanço do capitalismo, recriando as formas de sobrevivência e trabalho da agricultura familiar.

Na região Nordeste brasileira de acordo com Araújo, (2000.p.177) “a questão fundiária é mais dramática e vem se agravando”. O Nordeste ainda perdura resquícios da concentração de terras e de renda e vem aumentando na medida em que cada vez mais as grandes corporações agroindustriais se instalam nas áreas próximas da produção dos agricultores familiares.

Isso vem afirmar que as políticas estatais favorecem a agricultura patronal e aumenta a concentração de riquezas. Para Andrade (1998), “há grande concentração da propriedade da terra em mãos de latifundiários”. Opondo-se a esta lógica capitalista surge as produções familiares agroecológicas que tenta afirma-se como alternativa a agricultura patronal.

Carvalho (2007), ressalta que a Agroecologia assume um papel de fundamental importância para a agricultura familiar se reafirmar e manter-se produzindo para o núcleo familiar e o mercado, constituindo-se como um fator significativo para o desenvolvimento sócio- territorial. Nesta perspectiva, o decreto presidencial publicado no ano de 2012 pelo Governo Federal, estabelece a comercialização e o mercado para a produção agroecológica visando fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização (locais e regionais), mercados institucionais e compras governamentais.

Nesta perspectiva, Altieri (2012) ressalta que o conceito de Agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável, um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, onde se protege a vida toda, estabelecendo uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. Basta saber se essas ações e relações estão presentes nas áreas a serem analisadas ou permanece no discurso político.

A Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística. (CAPORAL, 2006. p. 5).

A empresa Hortaliças Sempre Verde atua no ramo da produção e comercialização alimentícia convencional e orgânica, tendo a Agricultura Familiar de base agroecológica como fornecedor principal. Desta forma, esses agricultores agroecológicos sofrem a interferência da empresa para escoar sua produção agrícola. Esta tende a desarticular a coletividade e organizações sociais representadas por sindicatos e associações da agricultura familiar, através da constituição de mercados em parcerias com os supermercados para o destino da produção agroecológica.

Apesar de toda a mecanização agrícola que adentrou no campo para os agricultores, a concentração de recursos financeiros para o agronegócio gera a reconcentração de terras no país, com a agronegócio lançando suas estratégias e táticas sobre a produção agrícola familiar. Essa ação é perceptível na empresa de hortifrutigranjeiros que a pesquisa busca analisar, o que impede uma maior ascensão produtiva e de mercado dos agricultores familiares agroecológicos.

Oliveira (2007) afirma que a terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada, dessa forma, o capital tende a subordinar a produção da agricultura familiar. Com isso o agricultor, tende a vender suas mercadorias aos atravessadores, por preços abaixo do mercado. A Agroecologia tem seu potencial agrícola nos municípios citados apesar de proporcionalmente menor, é significativamente importante, alterando aspectos da saúde, do bem-estar social, e da renda das famílias envolvidas com essa prática agrícola.

A Agricultura Familiar há tempos é motivo de luta para a permanência do agricultor familiar na terra, esta é responsável pelo sustento de cada núcleo familiar, através da produção de excedentes cultivados. As resistências dos agricultores familiares durante séculos de batalhas aos agricultores patronais pauta-se no princípio da apropriação legal da terra para produção familiar e conseqüentemente pela sobrevivência de suas gerações, além de uma melhor qualidade de vida e permanência na área rural, apesar das heranças coloniais concentrarem extensões de terras. Neste sentido, as práticas da agricultura extensiva com auxílio do Estado atuam para a permanência de um modelo agrário excludente para a imensa população rural.

De acordo com Leff (2002, p.41) “a Agroecologia tem capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável, com estratégias de desenvolvimento pautadas na justiça social, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna”. Já o modelo patronal revela-se cada vez mais responsável pela desigual distribuição de alimentos, agravando problemas como a fome, a desnutrição e a destruição da natureza.

Apesar da introdução de agrotóxicos por grandes empresas na área rural, e até mesmo pela agricultura familiar com o incentivo dos órgãos estatais, vários agricultores descobriram na Agroecologia uma fonte de renda para a melhoria da qualidade de vida. Na Paraíba a produção agroecológica mostra-se como importante ferramenta para o desenvolvimento rural local. Há mais de dez anos existem diversas feiras

agroecológicas que se figura como uma importante ferramenta para o escoamento e desenvolvimento da agricultura familiar.

As possibilidades de sobrevivência e reprodução social dos agricultores familiares enquanto produtores de alimentos, fibras e matérias primas depende, fundamentalmente, de sua capacidade de inserção em um ambiente em que sejam capazes de inovar (progresso técnico), adquirir um domínio relativo sobre os mercados e desenvolver formas de gestão e planejamento da propriedade. Outro ponto de consenso entre os autores desta abordagem é o fato de que, em geral, analisam um tipo de agricultura familiar mais “capitalizada”, com acesso aos mercados e às tecnologias mais modernas, não raro, localizada nas regiões dinâmicas das economias rurais. (Schneider, 2010. P. 225)

O município de Alagoa Nova – PB desponta como importante atrativo comercial de produção agroecologia, apesar das práticas agrícolas patronais dominarem a maioria da produção agrícola. As divergências dessas culturas agrícolas existentes nas localidades são importantes para entender os caminhos da construção de um modelo agrícola socialmente sustentável, compreendendo a atuação das instituições de apoio à agricultura familiar, como a Ecoborema, o Polo Sindical da Borema, a ASP-TA e associações locais para o escoamento produtivo e maior qualidade de vida local.

Apesar do apoio destas instituições a produção agroecológica vários agricultores agroecológicos desfilaram-se de algumas delas, justamente por ir de encontro aos seus princípios políticos ao manterem vínculos com a Empresa Hortaliças Sempre Verde, que enfraquece as práticas agrícolas da agricultura agroecológica conquistadas pelos mercados das feiras locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rural e as ruralidades no Brasil ainda são fortes em suas tradições, em seus aspectos, em suas formas e em seus aspectos indenitários e culturais. Persiste um rural interiorano que mesmo na contemporaneidade resiste aos aspectos modernos do campo que cada dia tenta homogeneizar a agricultura. A cultura agrícola de agricultores de grande porte atua para um campo mais tecnológico e com mais insumos agrícolas.

O apoio estatal a partir da década da Revolução Verde trouxe uma maior dependência da agricultura familiar, sobretudo, a partir dos transgênicos, com uma lógica capitalista excludente para a maioria dos agricultores familiares do campo que diariamente são explorados e expropriados. No Nordeste brasileiro, especialmente no semiárido, apesar dos últimos anos de políticas públicas para a agricultura familiar, há inúmeros estabelecimentos rurais com menos de cinco hectares que são explorados em relação à mão-de-obra, pois a terra que possuem não produz o suficiente para o sustento familiar.

A imagem do Nordeste é retratada por estes fatos em que as secas e estiagens prolongadas determinassem o modo de viver dos nordestinos. Para amenizar essas situações há a necessidade de investimentos em políticas sociais hídricas para que, independente da renda do tamanho da terra possa

subsidiar a produção em meio a um mercado capitalista cada vez excludente para a agricultura familiar. Contudo, as organizações sociais fortalecem as identidades desses grupos de agricultores que tenta se afirmar na logica competitiva da agricultura capitalista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste? **Desigualdades regionais e desenvolvimento**, p. 125-56, 1995.

FARIAS, Maysa Porto; VIEIRA, Crisólogo; ALMEIDA, Hermes Alves. **Caracterização climática da microrregião do Cariri Oriental**. I Workshop Internacional Sobre Água no Semiárido Brasileiro. Campina Grande. 2013.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de. **Agricultura Familiar e ruralidade em Ouro Fino-MG**. Tese de Doutorado- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola- Campinas, SP. 2010.
CASTRO, I. E. et(al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand. 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio e PAULUS, Gervásio. **Agroecologia Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF) Abril de 2006.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e formas de intervenção entre sociedade e Estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52. Acesso em Jan. 2017.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. p. 18-28.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. Políticas Públicas de Desenvolvimento. **Rev. Edit. indb**. 2015.

LEFF, Henrique. **Agroecologia e Saber Natural**. Agroecologia e Desenvolvimento rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. FFLC: São Paulo, 2007.

_____. "As contradições do campo brasileiro: mitos e verdades". **Barbárie e Modernidade. As transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. São Paulo, USP. 2004. Mimeo.

MARQUES, Flavia Charão, CONTERATO Marcelo Antônio e SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PETERSON, Paulo. Agroecologia e a Superação do Paradigma da Modernização. In: **Agroecologia : práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Org. Niederle P. A.; Almeida, L.; e Vezzani, F. M.,. Curitiba : Kairós, 2013. 393 p.

PRADO JR., Caio. **Dialética do conhecimento**. - 6.ed.- São Paulo: 1980. Brasiliense.

RUIZ, Eliziane Nicolodi Francescato. Et al. Imagens de uma ruralidade: Elementos do substrato social de constituição de um cotidiano. In: **Revista Iluminuras**. Porto Alegre. v. 17, n. 41, p.44-79, jan/jun, 2016.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. IN: **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2006. 298p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade**. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>.